

# APROVADO SEM LOUVOR



Foto: Wanderlei Pozzembom/7.3.97

APESAR DE TER MAIS CRIANÇA NA ESCOLA, QUALIDADE DO ENSINO NO PAÍS É UMA DAS PIORES NO CONTINENTE

Cynthia Garda  
Da equipe do Correio

O Brasil pode fechar o século com todas suas crianças matriculadas na escola. O problema são as escolas. O país tem um longo caminho até garantir que os alunos fiquem na sala de aula e consigam passar de ano. Hoje o Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (Unicef) divulga seu relatório anual *Situação Mundial da Infância*. A educação brasileira deve receber menções honrosas e palmatórias.

Com 96,5% das crianças entre 7 e 14 anos tendo acesso à escola, o país está próximo da universalização do ensino primário, que será atingida quando esse índice for de 98%. É uma vitória: em todo o mundo, 130 milhões de crianças não frequentam salas de aula, ou seja, 21% da população nessa faixa etária.

"Esse dado conforta um pouco, mas não resolve", avalia o governador Cristovam Buarque. No Distrito Federal, mais de 99% das crianças estão na escola. "Temos que ver a qualidade. Está na hora de dizer toda criança na escola sem repetência, com qualidade."

Os programas *Acorda Brasil*, *Toda Criança na Escola* e o *Bolsa-Escola* devem ser citados no relatório como exemplos para as demais nações em desenvolvimento. Mas os indicadores brasileiros para as áreas de analfabetismo, repetência, abandono e evasão escolar estão entre os piores da América Latina. A avaliação é da assessora para educação na América Latina e Caribe do Unicef, Maria Alice Setubal.

O ano-base para as avaliações do Unicef é 1990, quando representantes de 159 países comprometeram-se, na Cúpula Mundial em Favor da Infância, a atingir, até o ano 2000, 27 metas mínimas para garantir a qualidade de vida das crianças e adolescentes. No mesmo ano acontecerá na Tailândia a *Conferência Mundial Educação para Todos*. Brasil e México ficam entre os nove países que concentram a atenção da comunidade internacional por terem as maiores populações em idade escolar do planeta.

## REPETÊNCIA E EVASÃO

O Brasil começa a década com 91,7% das crianças na escola, avança para os índices atuais, mas esbarra na qualidade do ensino que oferece. A repetência e a evasão escolar no ensino fundamental, que abrangiam 40% dos estudantes brasileiros em 1990, baixaram para 33% este ano, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisa em Educação (Inep). Segundo estudos apresentados pelo Unicef na IV Reunião Ministerial Americana sobre Infância e Política Social, realizada em Lima (Peru) na última semana de novembro, esses índices estão entre os mais altos da América Latina. O Brasil pode receber críticas por estar entre as economias mais ricas do continente e possuir taxas de repetência e evasão em faixa semelhante à do Haiti, Nicarágua, República Dominicana, El Salvador, Guatemala e Honduras.

Dos brasileiros que cursam atualmente o primeiro grau, 46,7% não estão na série correspondente à sua faixa etária. Entre os que freqüentam a primeira série primária, 38% têm 8 anos ou mais, quando deveriam ter 7 anos. No segundo grau, essa distorção entre a série e a idade do aluno sobe para mais de 53%, quase 7 milhões de estudantes. Desses, 3,7 milhões têm mais de 18 anos.

Para tentar reduzir as distorções entre a idade e a série cursada existem as classes de aceleração. Apenas 1,2 milhão de alunos frequentaram esse tipo de classe em 1998. E mais de 16 milhões estão em idade avançada para a série que cursam. Outra dívida na prestação de contas da educação brasileira no fim desse século é o acesso à pré-escola.

Enquanto 87% das crianças com seis anos de idade estão na escola, a estatística cai para 48% quando a faixa etária é de 4 a 5 anos.

Assim, o Brasil pode não alcançar, até o ano 2000, todas as metas para educação estabelecidas em

1990 e com as quais representantes de mais de 30 países da América Latina e Caribe reafirmaram seu compromisso no final do mês de novembro.

Segundo o balanço apresentado na reunião ministerial em Lima, os países que têm os maiores índices em qualidade de ensino na América Latina são Cuba, Costa Rica e Chile. "E não são os países mais ricos", destacou a assessora do Unicef. Uruguai, Panamá, Argentina e Venezuela — nas zonas urbanas — também têm estatísticas positivas de alfabetização, acesso e permanência na escola.

Nos últimos anos, todos os indicadores brasileiros de educação melhoraram. A taxa de analfabetismo de adultos, entre 1991 e 1996, baixou de 20,1% para 14,7%. É possível fechar o século tendo reduzido o analfabetismo entre adultos em 50%, meta do início da década. Mas o índice continuará elevado. A maior dificuldade é combater o analfabetismo da população entre 40 e 49 anos (15,5%) e de 50 anos ou mais (31,5%).

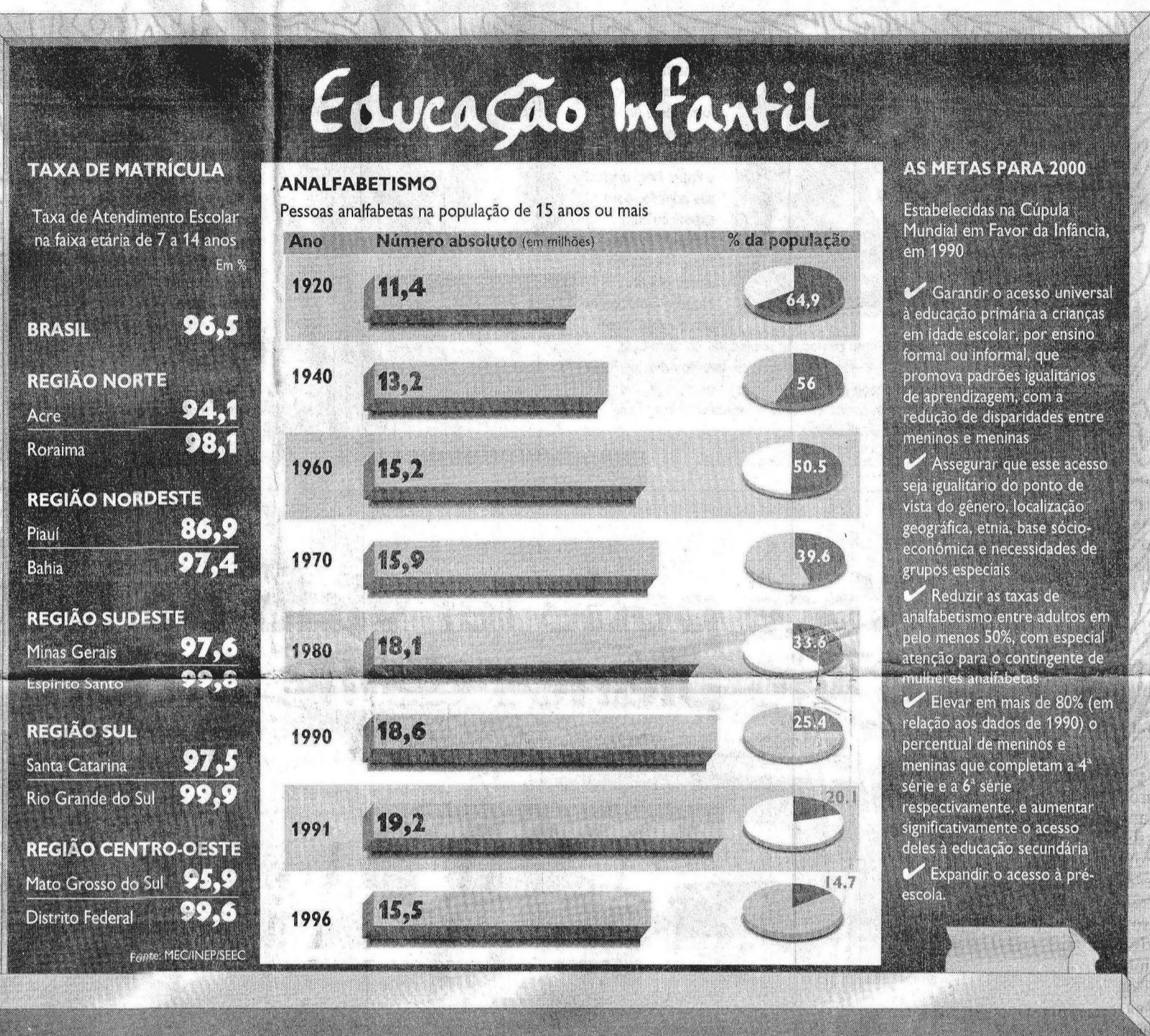
Por sua dimensão populacional, os números do país podem puxar para baixo ou alavancar as estatísticas de todo o continente. E esses números encerram grandes desniveis regionais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1995 a taxa de analfabetismo de crianças entre 10 e 14 anos no país era de 10%. Na região Nordeste, entretanto, era de 23,9%, comparada à de 2% na região Sul.

Os salários dos professores refletem essas diferenças. Segundo o Censo do Professor de 1997, 19,3% dos professores do Nordeste ganham menos de R\$ 100 por mês, comparados a 0,8% de professores do Centro-Oeste na mesma faixa salarial.

As diferenças por região do país também aparecem na infra-estrutura das escolas. Mais da metade delas não têm bibliotecas. Na maioria não há laboratórios de ciências nem informática. No Nordeste, 8,4% dos alunos do ensino fundamental freqüentam escolas sem abastecimento de água.

**"FEZ-SE MUITO PELA EDUCAÇÃO NO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS. MAS O PONTO DE PARTIDA, EM 1990, ERA UM QUADRO MUITO GRAVE"**

Maria Alice Setubal,  
assessora do Unicef para educação na América Latina e Caribe



## Mais gastos com educação

O estudo da evolução dos gastos sociais na América Latina mostra que eles foram reduzidos em um quarto durante a década de 80. Depois de 1990, essa tendência foi revertida. Cinco anos mais tarde, os gastos com áreas sociais chegaram a níveis nunca antes observados.

Em 1995, o Brasil dedicou 3,5% de seu PIB (soma das riquezas produzidas pelo país em um ano) para o ensino fundamental e médio, contra 2,5% da Argentina, 2,3% do Chile e 1,9% do Uruguai. "Fez-se muito pela educação no Brasil nos últimos anos. Mas o ponto de partida, em 1990, era um quadro muito grave", avalia a assessora do Unicef Maria Alice Setubal.

"Mas persistem grandes disparidades entre os países", aponta o diretor regional da entidade, Cecílio Adorna. "Em alguns, a verba para setores sociais básicos chega a 20% do orçamento. Em outros, não atinge sequer 10%." As nações caribenhas são as que mais aplicam dinheiro em setores como saúde e educação. Consequentemente, têm alguns dos melhores índices da região.

Argentina, Costa Rica e Panamá estão, segundo o Unicef, entre os países que mais gastam com educação — entre US\$ 80 e US\$ 130 por habitante. Os cálculos do INEP põem o Brasil no mesmo grupo, com um gasto médio anual, por habitante,

de aproximadamente US\$ 130.

Mas se estamos próximos da universalização do ensino básico, apenas 27% dos brasileiros entre 15 e 17 anos freqüentam o segundo grau. A situação reflete o panorama da América Latina. Apesar da maioria dos países do continente ter-se comprometido, em 1990, com a ampliação do acesso ao ensino secundário, apenas uma em cada três crianças chega ao segundo grau, comparado com mais de 80% no Sudeste da Ásia.

A repetência e o abandono escolar são um dos maiores desafios que a educação do país deve levar para o próximo século. Em 1995, 44% das crianças matriculadas na 1ª série primária repetiram de ano. A estatística só é tão grave no Haiti e na Nicarágua. Em Honduras, Guatemala e El Salvador, o estudante médio leva dez anos para completar até a sexta série. O resultado é que o custo de ensinar uma criança que repetiu de ano consome, aproximadamente, um terço de todos os gastos públicos com educação na América Latina e Caribe.

Além de ampliados, os gastos sociais precisam ser redirecionados. Os 20% mais ricos da população latino-americana e caribenha recebem 29% dos benefícios com os investimentos em educação e saúde. Os 20% mais pobres recebem, por sua vez, 15%. (CG)